



CADERNO DE PROPOSTAS

DF - NOVEMBRO 2024

Governador do Distrito Federal
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR

Secretário de Estado de Segurança Pública
SANDRO TORRES AVELAR

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF
SANDRO GOMES SANTOS DA SILVA

Diretor-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran
TAKANE KIYOTSUKA DO NASCIMENTO

Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF
JOSÉ WERICK DE CARVALHO

Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
ANA PAULA HABKA

Secretário de Estado de Administração Penitenciária - SEAPE
WENDERSON SOUZA E TELES

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente
SANDRO TORRES AVELAR

Vice-Presidente
ALEXANDRE RABELO PATURY
BILMAR ANGELIS DE ALMEIDA FERREIRA

Secretário-Geral
THIAGO FREDERICO DE SOUZA COSTA

Coordenação-Geral
Jasiel Tavares Fernandes (titular)
Daniele de Sousa Alcântara (1º suplente)
Aline Pereira Leandro (2º suplente)

Chefe das delegações dos órgãos de segurança pública

SSP

CEL Bilmar Angelis (titular)

TC. Cel Jasiel Tavares Fernandes (suplente)

CBMDF

Flávio Murilo Nunes Pereira (titular)

Diógenes Alves De Quinta (suplente)

DETRAN

Hugo Fernando Figueiredo Santos (titular)

Carolina Rodrigues Kohlrausch (suplente)

PCDF

Viviane da Cunha Bonato (titular)

Yuri Santana de Brito Rocha (suplente)

PMDF

Marcus Vinícius da Silva Antunes (titular)

Juvenildo dos Santos Carneiro (suplente)

SEAPE

Wenderson Souza e Teles (titular)

Alex Fernandes Rocha (suplente)

SUBCOORDENAÇÃO DE METODOLOGIA

Ivan Martins de Siqueira (coordenador)

Arthur Henrique Assunção Magalhães

Daniele de Sousa Alcântara

Isângelo Senna da Costa

Luana Moreira dos Santos

Rafael Sampaio

Kelly Soares Vieira Martins

SUBCOORDENAÇÃO DE CERIMONIAL

Mônica de Mesquita Miranda (coordenadora)

Adriana Augusta dos Santos Pinho

Flávio Luis Castiglioni

Larissa Cristiane de Jesus

Talita Ilana Vieira Gehre

Thiago Porto Faria

Vinicius Fiuza Dumas

Wellington Silveira Simões

SUBCOORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Mauro Márcio Figueiredo de Oliveira (coordenador)

Adriana Gonçalves Machado

André Luiz Costa Rodrigues Feitosa

Brandon Gabriel Gomes Cosmo

Marcelo Macedo Klotz

Werbert Lima Silva

SUBCOORDENAÇÃO DE LOGÍSTICA
Aline Pereira Leandro (Coordenadora)

Ana Carolina Perucci Moreira
Andréa Rego Paim
Douglas Wilian Barbosa Moreira
Isa Paula Corrêa Guimarães
José Ailson Aparecido Ricardo
José Mundim Júnior
Luiz Claudio Rosa Filho
Rodrigo Augusto do Nascimento

SUBCOORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA
Alexandre Carvalho da Silva (Coordenador)
Gleison Bezerra de Lima
Gustavo Dias de Oliveira Júnior
Luiz Eduardo da Silva Miranda

SUBCOORDENAÇÃO
Conselhos Comunitários de Segurança Pública no Distrito Federal
Paulo André Vieira Monteiro (Coordenador)
Rafael Jason de Souza da Silva Ferro

SUBCOORDENAÇÃO DE CONTRATOS
Frank Wellmann Amaral Pires (Coordenador)
Adriane Coelho Soares
Andrea Aparecida Borges Silva
Joacir de Oliveira Santos
Luana Moreira dos Santos
Luiz Fernando Ramos Aguiar
G'mayeel Wistemann Cunha Sousa
Marcello Vinicius Campelo Lima Mororó
Núbia Pellicano de Oliveira Araújo
Pedro Alves Coelho de Mesquita

SUBCOORDENAÇÃO DE PARCERIAS E ARTICULAÇÕES
Alexandre Lima Ferro (Coordenador)
Larissa Tamara de Sousa Marins

COORDENAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO CADERNO DE PROPOSTAS
Essência Processos Participativos
Tatiana Espíndola
Henrique Santana
Júlio Almeida
Rangel Mohedano

1 - INTRODUÇÃO

Este caderno reúne as propostas construídas coletivamente nas etapas prévias da I Conferência Distrital de Segurança Pública (CONFEDISP). Compõe um conjunto de subsídios, junto com os outros documentos orientadores como o Texto-Base e o Caderno Temático, para referenciar o diálogo e a construção coletiva na I Conferência Distrital que ocorrerá entre os dias 26 e 28 de novembro de 2024, reunindo representantes da sociedade civil, das forças de segurança pública e do poder público para o aperfeiçoamento da Política de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal.

Como etapa prévia, foram realizados quatro encontros regionais correspondentes às Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs), de 21 a 31 de outubro de 2024. E dois encontros online nos dias 13 e 14 de novembro.

Objetivos da CONFEDISP

O objetivo geral da I Confedisp é promover o diálogo e a construção coletiva orientada pelo Plano Distrital de Segurança Pública e Defesa Social – PDISP e pelo Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral, servindo como instância de consulta e participação social para a proposição de aprimoramentos à Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social no Distrito Federal.

São objetivos específicos:

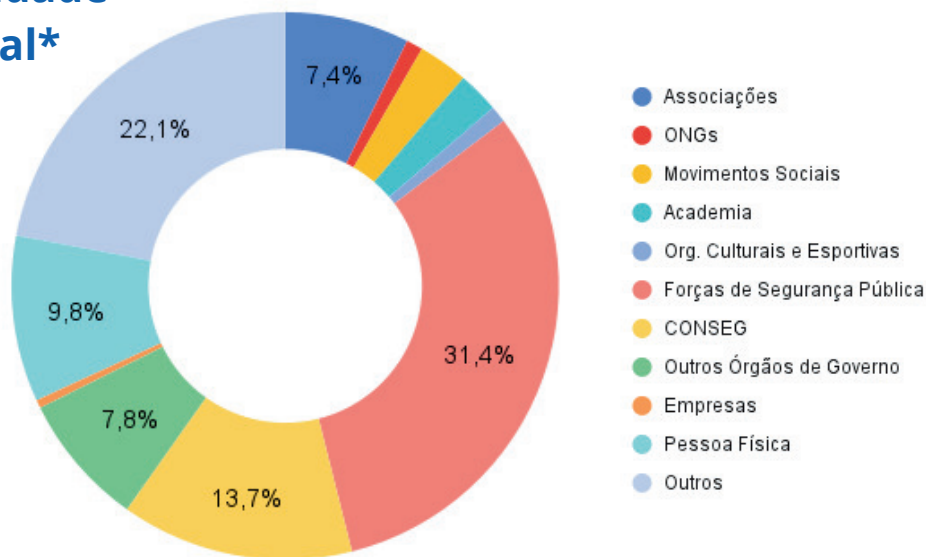
- Elaborar subsídios para o aprimoramento da Política de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal, sobretudo priorizando propostas para revisão, atualização e aprimoramento do PDISP (2026/27);
- Contribuir para o fortalecimento e divulgação do Programa DF Mais Seguro – Segurança Integral, como programa prioritário para todos os órgãos integrantes do sistema de segurança pública e vinculados ao PDISP;
- Promover, qualificar, articular e fortalecer a participação e o controle social nas políticas de segurança pública, dos profissionais da área e do poder público na governança do PDISP;
- Destacar o papel da segurança pública como direito humano fundamental e base das urgências do cidadão em sociedade para possibilitar o desenvolvimento de outras necessidades individuais e sociais;
- Contribuir para a integração e cooperação dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública do Distrito Federal;
- Fortalecer e facilitar o estabelecimento de ambientes sociais e institucionais articulados em torno do tema da segurança pública que proporcionem a redução sustentável dos índices de criminalidade e violência;
- Fomentar a cultura de paz social e institucional articulada em torno do tema da segurança pública preventiva.

2 - SOBRE A ETAPA REGIONAL

Participaram das etapas prévias presenciais **351 pessoas** representantes das Forças de Segurança, CONSEGs, Academia, ONGs e movimentos sociais. Organizadas e distribuídas conforme vemos abaixo:

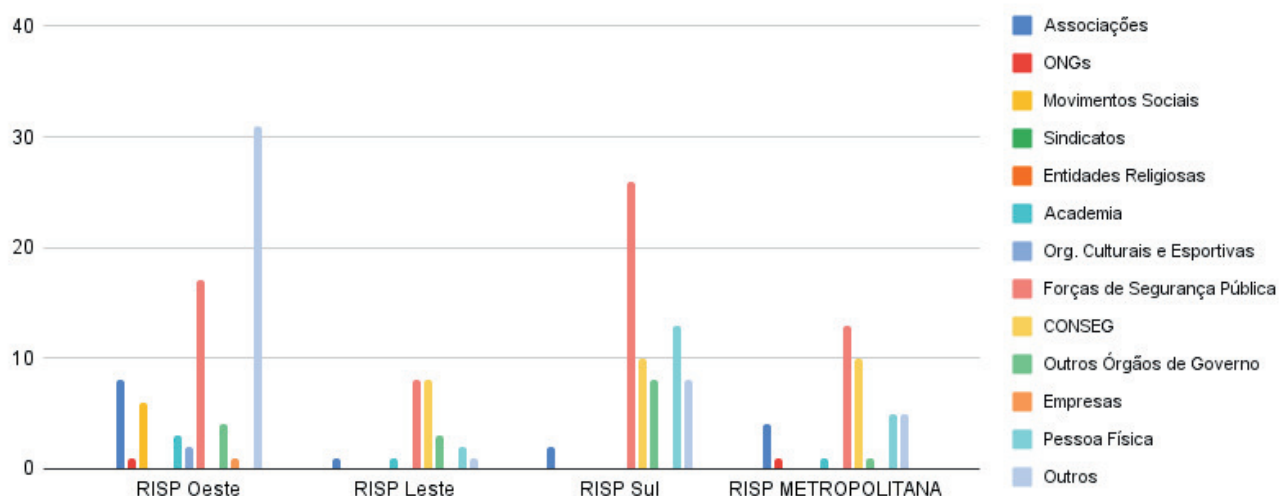
RISP	Localidades Abrangidas	Data	Local	Público
OESTE	Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Vicente Pires, Arniqueira, Sol Nascente e Águas Claras	21 e 22 de outubro de 2024	Auditório do SESC Ceilândia	103
LESTE	Sobradinho, Planaltina, Paranoá, São Sebastião, Lago Norte, Varjão, Jardim Botânico, Itapoã e Fercal	23 e 24 de outubro de 2024	Administração Regional do Lago Norte	66
SUL	Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Park Way	25 e 29 de outubro de 2024	auditório da Sede da Região Administrativa do Riacho Fundo 1	99
METROPOLITANA	Brasília Guará Cruzeiro Lago Sul Sudoeste/Octogonal SCIA/Estrutural SIA	30 e 31 de outubro de 2024	Espaço Múltiplas Funções da Administração do Guará	83

Representatividade do Público Geral*



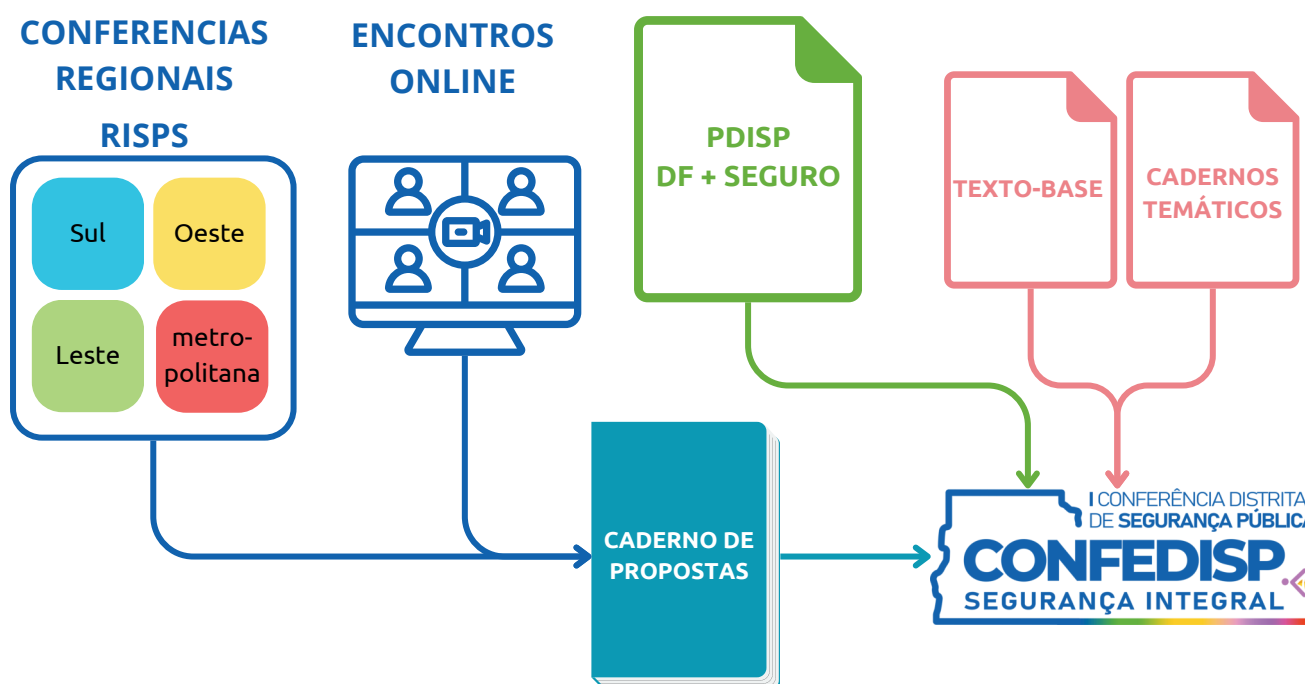
* 58% dos participantes responderam sobre suas localidades e setores de representação gerando o gráfico acima

Representatividade do Público por RISP



3 - METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA

Nas conferências regionais os participantes priorizaram temas, elencaram problemas e desenvolveram ao todo 362 propostas que, somadas aos conteúdos e sugestões dos 2 encontros online, foram sistematizadas e organizadas neste caderno de propostas, que é um dos subsídios para a CONFEDISP.



As **362 propostas** elaboradas por **351 pessoas** nas **4 conferências regionais**, foram agrupadas por similaridade e complementaridade, convergindo para **144 propostas agrupadas finais** que compõem este caderno.

Elas estão organizadas por temas, seguida de uma apresentação dos principais problemas identificados dentro daquele tema pelos participantes. Em seguida uma tabela com o texto final das propostas agrupadas e com as indicações de quantas propostas foram agrupadas para dar origem ao texto e de quais conferências regionais as propostas originais vieram.

Veja o exemplo de como todas os problemas e propostas estarão apresentada dentro de cada tema:

TEMA

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

Problemas identificados

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA



4 - PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS

TEMA 1. PREVENÇÃO CRIMINAL E VULNERÁVEIS 01 - CRIANÇAS E ADOLESCENTES, PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE) E OUTROS GRUPOS RELACIONADOS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A sociedade enfrenta sérios desafios relacionados à proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes. A ausência de incentivos à cultura, lazer e esporte contribui para a vulnerabilidade social e exposição de crianças, adolescentes e jovens ao risco, enquanto ambientes, como os HOKAHs, tornam-se propícios para a ocorrência de crimes, que é agravado pelo fato de que a atuação dos conselhos tutelares está muito aquém do necessário. Além disso, ciclos de violência intrafamiliar perpetuam comportamentos abusivos e casos de violência contra pessoas com necessidades especiais (PNEs) frequentemente não chegam ao conhecimento das autoridades competentes, evidenciando lacunas críticas na proteção social e familiar.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA 1

Intensificar a fiscalização pelo DF Legal dos cumprimentos das normas de funcionamento do HOKAs e cobrar do poder judiciário e da Vara da Infância e Juventude, a atuação dos comissários de menores no mesmo.	2 S O L M
Articular com a SEJUS para uma atuação mais efetiva do conselho tutelar nas escolas e nas comunidades, contribuindo com a capacitação continuada dos conselhos tutelares e cobrando da SEJUS a fiscalização desses conselhos no cumprimento das suas atribuições.	3 S O L M
Criar e desenvolver estabelecimentos de ensino, atendimento em período integral voltados a projetos para prática de esportes, leitura, música e cursos profissionalizantes até os 21 anos.	1 S O L M
Criar programa de atendimento especializado domiciliar do PNE/PCD para facilitar sua inserção social, conforme determina plano nacional de responsabilidade compartilhada.	1 S O L M

TEMA 2. PREVENÇÃO CRIMINAL E VULNERÁVEIS 02 - LGBTQIAP+, NEGROS E QUILOMBOLAS, INDÍGENAS, IDOSOS E OUTROS GRUPOS RELACIONADOS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

Uma maior efetividade na gestão, execução e divulgação das políticas públicas representa um desafio significativo para a segurança e o bem-estar social. A baixa fiscalização e execução das leis, decorrente da insuficiência de agentes públicos, compromete a implementação de programas essenciais. Além disso, a ausência de iniciativas voltadas ao cuidado de idosos e ao atendimento contínuo de dependentes químicos expõe populações vulneráveis a situações de risco.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Valorizar e rever os recursos (efetivo, tecnologia, aparelhos) destinados à segurança pública para atendimento a todos os públicos vulneráveis.	1 ☒ S ☐ O ☐ L ☐ M
Identificar e cadastrar os idosos vulneráveis na região, integrando sua família aos programas dirigidos existentes e divulgar amplamente para toda a sociedade, as políticas voltadas para idosos, utilizando os recursos de comunicação do poder público.	2 ☒ S ☐ O ☐ L ☐ M
Divulgar, na comunicação da PCDF e na mídia, as políticas de segurança pública de prevenção e combate aos crimes contra idosos e outros grupos vulneráveis, tais como LGBTQIA+	1 ☒ S ☐ O ☐ L ☐ M

TEMA 3. SEGURANÇA E EDUCAÇÃO - ESCOLA CÍVICO-MILITARES, VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS E OUTROS ASSUNTOS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

O tema da violência nas escolas foi um dos que tiveram maior aderência nas etapas prévias revelando grande preocupação da população com o tema. O aumento de crimes e casos de tráfico de drogas, agressões físicas, bullying e cyberbullying, desrespeito e agressões contra professores, contribuem para o aumento da insegurança e do medo. A escola sofre com a insuficiência de políticas preventivas, de educação socioemocional e suporte à saúde mental, falta de profissionais especializados, medidas estruturais, como câmeras de segurança e, principalmente, pela vulnerabilidade social dos jovens, fruto da desestruturação familiar e da insuficiência de políticas sociais, resultando em grande evasão escolar, com números alarmantes como os 3,7 mil abandonos registrados em 2023. O modelo de escolas cívico-militares e a indefinição de funções e a deslegitimação de monitores militares e educadores também têm se mostrado insuficientes para garantir um ambiente escolar seguro.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Aumentar o efetivo, fortalecendo Batalhões Escolares e monitores policiais das Escolas Cívico-Militares (E.C.M), com policiamento ostensivo ampliado nas proximidades das escolas públicas.	4 S O L M
Criar um canal direto de registro de ocorrências entre as E.C.M. e a Polícia Civil do DF (Ex. Delegacia Virtual voltada às escolas).	1 S O L M
Articular para que seja aprovada a legislação específica das E.C.M. (Escolas Cívico Militares).	1 S O L M
Retomar as escolas cívico-militares para o sistema convencional, garantindo as liberdades individuais e evitando o autoritarismo nas instituições de ensino. (Não houve consenso!).	1 S O L M
Atendimento diferenciado às crianças autistas, com utilização de práticas pedagógicas adequadas, como elemento de prevenção à violência no ambiente escolar.	1 S O L M
Ampliar o acesso ao ensino técnico e superior para as comunidades satélites do DF.	1 S O L M
Implementar a educação socioemocional nas escolas, por meio de ACT entre SSP e órgãos vinculados + SES + SEDF. Incluir, também, a disciplina de educação socioemocional em cursos de formação continuada, com caráter obrigatório.	2 S O L M
Implementar espaços para mediação de conflitos, suporte psicológico, orientação emocional e prevenção ao bullying para jovens, envolvendo escola, família e comunidade, com especial atenção às áreas de alta vulnerabilidade social, promovendo a resolução pacífica de disputas.	2 S O L M
Criar programa de bolsa de estudos nas áreas de psicologia, pedagogia, criminologia e áreas afins, para profissionais de educação e de segurança pública.	1 S O L M
Propor revisão da lei nº 4.058 de 2007, de modo a permitir o uso de câmeras de monitoramento nas salas de aula e áreas comuns da escola.	1 S O L M
Estabelecer formas de cooperação e parceria entre as Secretarias de Segurança Pública, Saúde e Educação, desenvolvendo programas sociais com famílias e escolas para combater as causas complexas da violência e da vulnerabilidade.	2 S O L M
Ampliar o atendimento do PROERD para todas as escolas públicas, com ampliação da equipe.	1 S O L M
Ampliar as campanhas de prevenção ao bullying, dependência química, uso de drogas e violência contra as mulheres e respeito aos idosos nas escolas.	1 S O L M
Oferecer espaço de acolhimento de crianças nos eventos da SSP, de maneira a facilitar a participação das mães.	1 S O L M

TEMA 5. AMBIENTE DO CRIME E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA MEDO DO CRIME - PREVENÇÃO DO CRIME PELO AMBIENTE (CPTED), "DF LIVRE DE CARCAÇAS", E OUTRAS AÇÕES DE ZELADORIA.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A população apontou três principais categorias de problemas que contribuem para a sensação de insegurança e ambientes propícios ao crime. No âmbito da comunicação destaca-se a banalização e o sensacionalismo na divulgação de notícias criminais, que muitas vezes apresentam uma imagem glamourizada dos crimes e dos criminosos, e de impotência por parte dos poderes públicos. No âmbito da infraestrutura urbana, problemas como a iluminação deficiente, acúmulo de lixo, abandono de áreas públicas e prédios, além da ausência de podas de árvores e monitoramento eletrônico, criam cenários insalubres e perigosos que favorecem práticas ilícitas. Por fim, no âmbito da Gestão, a desintegração entre órgãos de segurança pública e a sensação de impunidade, especialmente em relação a pequenos delitos, ampliam a recorrência de crimes e a percepção de que o ambiente é uma "terra sem lei". Esses fatores, associados à degradação dos espaços públicos e à ineficiência na resposta estatal, contribuem para um ciclo contínuo de insegurança e vulnerabilidade social.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Implementar um cronograma anual de atividades, com apoio e acompanhamento do CONSEG, para revitalizar espaços públicos propícios a serem ambientes de crime, ocupando esses locais com serviços públicos e policiamento comunitário, com a destinação de um valor percentual impositivo de emendas parlamentares para a zeladoria e manutenção desses ambientes, incluindo a melhoria da iluminação pública em becos.	4 S O L M
Aumentar a quantidade de papa-lixos distribuídos na cidade acompanhados de campanhas de conscientização junto a comunidade para realizar o descarte do lixo/entulho em local apropriado.	2 S O L M
Aumentar a cobertura por câmeras de segurança em locais estratégicos e uso de ferramentas de monitoramento.	1 S O L M
Fortalecer as políticas de Integração das forças de segurança para melhorar a articulação entre IOA's (Instituições, Órgãos e Agências) e administrações regionais.	2 S O L M
Capacitar e preparar órgãos de segurança pública e membros do Conseg para a melhor gestão da informação e relação com a imprensa para a promoção da Cultura da Paz.	2 S O L M
Modernizar o canal de comunicação entre os órgãos públicos por meio de aplicativos/formulário eletrônico para facilitar a comunicação das desordens.	1 S O L M
Disseminar a abordagem CPTED na Administração Pública (Prevenção de Crimes pelo Design do Ambiente Urbano), fazendo o levantamento das áreas de riscos para implementar ações necessárias e solicitando o cumprimento das análises do CPTED pelas empresas responsáveis em suas competências.	3 S O L M
Criar um Fundo Emergencial para atendimento às situações emergenciais da SSP, com indicação das prioridades feita pelos Consegs.	1 S O L M

TEMA 6. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A situação das pessoas em situação de rua é agravada por políticas públicas ineficientes e insuficientes para garantir atendimento e encaminhamento adequados, além da baixa efetividade de iniciativas voltadas à recuperação de dependentes químicos, como programas de internação. A ausência de um cadastro que identifique o perfil social e criminal dessas pessoas dificulta a formulação de estratégias eficazes de suporte. A insuficiência de centros de atendimento especializados, como os "POPs", somada ao atendimento desumanizado, perpetua a exclusão social. Esses fatores contribuem para a sensação de insegurança em áreas comerciais, escolares e residenciais, gerando impactos econômicos e sociais. Além disso, observa-se um aumento de crimes associados a essa população, muitas vezes relacionados à informalidade no comércio de recicláveis sem procedência e à dificuldade de identificar receptadores de produtos ilícitos. Por fim, a ausência de campanhas educacionais que incentivem doações a entidades assistenciais prejudica ações mais organizadas de apoio e inclusão.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Priorizar a emissão de documentos de identificação das pessoas em situação de rua. Força tarefa com Defensoria Pública e Polícia Civil.	1 S O L M
Realizar pesquisa exploratória, a fim de, identificar condições sociodemográficas, perfis e necessidades das pessoas em situação de rua no DF, articulando com o legislativo adequação de políticas públicas para abordar, diagnosticar e cadastrar a população em situação de rua, (criminal e social.)	2 S O L M
Implementar políticas integradas de acolhimento, triagem, capacitação, treinamento e instrumentalização de pessoas em situação de rua por meio de cooperação técnica para: - Melhorar a infraestrutura e segurança dos abrigos e centros de acolhimento, oferecendo produtos de higiene, banho, alimentação, dormitório e vacinação para pessoas em situação de rua. - Reformular o funcionamento do Centro POP, impondo regras e contrapartidas para acesso aos benefícios. - Criar centros de treinamento/capacitação para pessoas em situação de rua focando na reintegração ao mercado de trabalho.	4 S O L M
Trazar a questão da população em situação de rua para a centralidade, promovendo políticas de integração da população em situação de rua na sociedade, atuando junto às suas famílias.	2 S O L M
Promover a continuidade dos programas de acompanhamento e atendimento (pós-atendimento), buscando sanar questões de empregabilidade, saúde, moradia e o possível retorno às suas regiões e famílias de origem.	2 S O L M
Gerar aproximação e sensibilização por parte de agentes sociais junto à população em situação de rua buscando a reintegração social de forma dialogada. (Não foi consenso!)	1 S O L M
Criar ou conveniar centros de atendimento terapêutico para tratamento e internação para recuperação de alcoolismo e dependência química. E divulgar Programas da SEJUS voltados para o tratamento da adicção junto à população em situação de rua e outros dependentes.	2 S O L M
Divulgar e realizar campanhas de conscientização para direcionar os recursos e doações para entidades assistenciais, estimulando a doação de alimentos, roupas, itens de higiene pessoal em locais específicos para esse fim.	2 S O L M
Propor ao legislativo o aumento da pena para descumprimento do estatuto do idoso.	1 S O L M
Sensibilizar o Judiciário e Ministério Público para aplicar penas mais severas de forma a diminuir a sensação de impunidade.	1 S O L M
Realizar 'estudo de impacto de vizinhança' prévio à construção de equipamentos públicos de atendimento à população em situação de rua.	1 S O L M

TEMA 7. SEGURANÇA RURAL

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A população apontou três principais categorias de problemas que contribuem para a falta de segurança no ambiente rural do DF.

- Falta de infraestrutura que dificulta a comunicação com órgãos e serviços públicos, a localização precisa de ocorrências e o acesso do poder público aos locais.
- Dificuldades de gestão com a falta de dados, integração de políticas públicas, mecanismos de controle e combate a incêndios florestais e efetivo para policiamento e fiscalização de áreas verdes.
- Falta de educação e consciência ambiental que perpetua práticas culturais nocivas.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Fortalecer a presença e o atendimento da Segurança Pública em áreas rurais, com aumento do efetivo, equipamentos e criação de Postos Policiais e/ou ampliação das Unidades de Batalhões Rurais, adotando uma política continuada de manutenção dos quadros para garantir uma atuação mais qualificada e maior fiscalização da grilagem de terra.	3 S O L M
Implementar políticas de prevenção e combate a incêndios florestais com: • Campanhas de conscientização por meio das escolas e dos CONSEGs sobre culturas nocivas ao meio ambiente e práticas ecológicas de manejo e cultivo. • Capacitação, treinamento e distribuição de equipamentos de combate ao princípio de incêndio para produtores rurais. • Fortalecimento e ampliação de guarnições físicas de bombeiros militares para reduzir o tempo de resposta ao combate ao incêndio e apoio ao produtor rural em pontos estratégicos.	5 S O L M
Regularizar / estruturar o aeródromo existente na flona 4, conforme o processo SGI 00136-00000909/2024 - 19.	1 S O L M
Melhorar a infraestrutura rural com: • Planos de manutenção constante das vias rurais pelas administrações a fim de manter maior trafegabilidade para a comunidade e agentes de segurança oferecendo assim rapidez e agilidade no atendimento. • Mapeamento de áreas sem sinal de telefonia e internet que dificultam a comunicação com órgãos governamentais. • Meios de comunicação como torres de telefonia e internet e caixa postal comunitária.	3 S O L M
Melhorar as informações, comunicação e acesso do poder público à área rural com: • Campanhas de cadastramento de moradores para maior precisão das suas localizações. • Reuniões periódicas, materiais informativos, campanhas e meios de comunicação disponíveis para integrar comunidades da área rural e os órgãos de governo. • Protocolos e processos mais criteriosos de concessão de alvará para evento em área rural com fiscalização mais efetiva.	3 S O L M

TEMA 8. ORDEM PÚBLICA E TRANQUILIDADE - SOM ALTO, BRIGA DE VIZINHOS, ATAQUES DE CÃES E OUTRAS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS; POLICIAMENTO DE PROXIMIDADES E OUTROS ASSUNTOS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

Os principais problemas identificados nesse tema são relacionados à insuficiência de fiscalização, legislação e infraestrutura, destacando:

- Iluminação pública inadequada, becos e ambientes que favorecem crimes e
- Deficiência de policiamento ostensivo ampliam a sensação de insegurança, especialmente à noite.
- Poluição sonora, originada de bares, som automotivo e escapamentos, é agravada pela leniência e falta de fiscalização em eventos e estabelecimentos
- Falta de legislação específica para desordem pública e perturbação do sossego.
- A ausência de campanhas educativas, baixa divulgação de canais de ouvidoria e ineficácia no atendimento 24 horas.
- Questões específicas, como a falta de destinação para itens apreendidos ou animais em risco.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Exigir rápida reparação da iluminação pública por parte da Neoenergia.	1	S	O	L	M
Mais limpeza urbana e mais engajamento da população na manutenção em lugares públicos.	1	S	O	L	M
Ampliar e intensificar políticas de combate à poluição sonora e ruído urbano com: • Maior e mais rígida fiscalização(DETRAN) em veículos com som excessivo (escapamento de motos e carros com equipamentos de som) e estabelecimentos. • Celebrar Convênio ou Acordo de Cooperação Técnica entre as Forças de Segurança e o IBRAM, visando maior autonomia legal das Forças de Segurança para aplicação de multas por poluição sonora, inclusive com o uso de talonário de multas e decibelímetro (Lei 14.751/23, Art. 5º). • Fazer cumprir os limites de ruídos expressos na legislação para qualquer atividade potencialmente ruidosa. (* Lei 4092/08, * CTB, * Art. 42 Lei 3688/41) • Implementar a legislação de perturbação da ordem pública de forma mais eficiente. Articulando a atualização/adequação da legislação de perturbação da tranquilidade junto ao legislativo. • Criar selo / certificação "Aqui o barulho não dói" que premia os estabelecimentos que respeitam os limites sonoros • Aumentar a divulgação nas escolas das ouvidorias do governo sobre a fiscalização de distribuidoras. • Determinar o prazo não superior a 10 dias úteis da ocorrência de ouvidoria e somente considerá-la encerrada após a concordância do demandante. A exemplo de outras ouvidorias. • Ampliar rede de locais para destinação dos itens apreendidos nos eventos com som alto.	12	S	O	L	M
Respeitar a Lei distrital 2095/1998, realizando campanhas educativas constantes sobre o uso de focinheiras e coleiras adequadas para cães de guarda de grande porte em ambiente público (TCO).	1	S	O	L	M
Capacitar agentes, aumentar o efetivo e intensificar o patrulhamento ostensivo e fiscalização 24 horas, tanto de carro quanto a pé, para aumentar a segurança e a sensação nos ambientes públicos.	3	S	O	L	M
Demandar de forma imediata e objetiva as necessidades levadas ao 190 e SAMU. Evitar o escalonamento de ocorrência.	1	S	O	L	M
Criar campanhas de conscientização junto à comunidade para a conservação pública.	1	S	O	L	M
Divulgar os canais de comunicação como a Ouvidoria 156 – 162 e o aplicativo Ilumina DF.	1	S	O	L	M
Premiar e valorizar as áreas e comunidades que mantêm bom relacionamento entre moradores e comerciantes.	1	S	O	L	M
Implementar programas de inclusão social para jovens, com atividades como esportes, música, teatro, grafite e dança de rua, em parceria com outras secretarias.	1	S	O	L	M
Implantar estrutura pública de serviço de zoonoses e centros para recepção, cuidado e acolhimento de animais abandonados em locais públicos com capacitação de agentes públicos para esse fim.	1	S	O	L	M
Implementar legislação específica para atuação no combate ao crime no Lago Paranoá e entorno.	1	S	O	L	M

TEMA 9. ORDEM PÚBLICA E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO OCUPAÇÃO IRREGULAR DE TERRAS E OUTROS ASSUNTOS

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

Os problemas identificados nesse tema trazem a percepção popular de que a ocupação irregular de terras impacta diretamente a segurança pública, o meio ambiente e a qualidade de vida da população. A grilagem de terras é favorecida por uma legislação branda, fiscalização insuficiente e politização dos órgãos responsáveis, resultando na degradação dos recursos hídricos e áreas de preservação ambiental. Além disso, a falta de programas habitacionais de interesse social e o êxodo rural causado pela especulação imobiliária agravam o parcelamento irregular do solo. Esse cenário compromete os equipamentos públicos, sobrecarregando atendimentos emergenciais e de segurança, ao mesmo tempo que reforça a sensação de impunidade. Mas na base desse problema está a cultura de ocupação irregular e a judicialização lenta de reintegrações de posse.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Prevenir e coibir a grilagem e ocupação irregular por meio da reformulação da legislação civil e penal, do planejamento, gerenciamento de risco e políticas de ordenamento territorial.	3 S O L M
Aperfeiçoar a política habitacional e fortalecer a atuação dos poderes legislativo e executivo na regularização, acesso e ocupação dos imóveis, lotes e áreas urbanas já consolidadas (especialmente na Regional Leste do DF),	2 S O L M
Implementar cronograma de ações de zeladoria (limpeza de matagal, p.e.),	3 S O L M
Criar parques ecológicos próximos às áreas já ocupadas de forma irregular, visando a preservação de nascentes e áreas de proteção ambiental.	1 S O L M
Fortalecer os órgãos e instituições de gestão territorial e sua capacidade de atuação imediata (Ex: DF Legal e DEMA) para coibir focos de invasões ou parcelamentos de terras públicas e privadas.	1 S O L M
Fortalecer a autonomia dos órgãos de fiscalização, visando a respectiva blindagem política.	1 S O L M
Melhorar a capacidade de fiscalização urbana e rural com: - Aumento do efetivo (principalmente DF Legal e órgãos do meio ambiente), - Criação de um "disque-denúncia" específico para invasão de terras, - Criação de 'rede de segurança comunitária rural' (vizinhança protegida) com acesso a meios de comunicação e canais oficiais de denúncia ágil.	4 S O L M
Estabelecer um Termo de Cooperação Técnica entre SSP e SEDUH, para encaminhar famílias removidas (em situação de vulnerabilidade), devido à ocupação irregular para programa de moradia.	1 S O L M
Implementar ações governamentais de conscientização da população no combate à grilagem de terras e suas consequências ambientais.	1 S O L M

TEMA 10. CRIMES CONTRA A MULHER - PREVENÇÃO, REPRESSÃO, MEDIDAS PROTETIVAS, AGRESSORES, CÂMARA TÉCNICA E OUTROS ASSUNTOS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

O aumento de casos de violência familiar, feminicídio e crimes sexuais, especialmente em ambientes domésticos e familiares, reflete a gravidade do problema. A baixa divulgação de medidas de proteção e o desconhecimento generalizado sobre os órgãos de apoio e equipamentos de acolhimento às vítimas dificultam o enfrentamento dessas situações. A falta de atendimento psicológico especializado e o fato de muitas vítimas dependerem financeiramente de seus agressores, somados à ineficiência na investigação e proteção por parte dos órgãos de segurança pública, agravam a vulnerabilidade das mulheres. Além disso, a ausência de campanhas efetivas, voltadas para a educação de homens e agressores, e a falta de ações preventivas em escolas e no transporte público contribuem para a perpetuação do problema. Por fim, a baixa adesão das vítimas às denúncias e a demora na solução dos casos reforçam o ciclo de violência.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Desenvolver e fortalecer programas e campanhas de educação e conscientização contra o machismo estrutural e violência contra a mulher em escolas, empresas, espaços comunitários e CONSEGs, abrangendo desde a infância até a vida adulta, com: • Palestras regulares e capacitações, principalmente junto aos homens jovens e famílias. • Foco será na prevenção da violência, • Combate à subnotificação e incentivo à denúncia • Divulgação de todos os canais de denúncia e medidas protetivas.	7 S O L M
Capacitar e treinar agentes públicos, incluindo profissionais de saúde, assistentes sociais e agentes de segurança, para: • Identificar, avaliar e gerenciar riscos com base no FONAR, • Encaminhar adequadamente os casos de violência contra mulheres com atendimento apropriado que evite a revitimização.	5 S O L M
Estruturar e qualificar serviços de apoio e assistência psicológica, psiquiátrica jurídica e social,	12 S O L M
Criar grupos de suporte e postos de atendimento para atender às necessidades das mulheres em situação de violência.	3 S O L M
Garantir a presença de servidoras (mulheres) no atendimento às mulheres vítimas de violência.	3 S O L M
Expandir e qualificar a rede de equipamentos e programas de atendimento à mulher com: • Ampliar os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAM), • Disponibilizar os serviços de acolhimento e dispositivos de proteção, como o programa "Viva-Flor"; • Garantir e aumentar o auxílio emergencial e os programas de educação financeira para promover a independência econômica das vítimas; • Criar ouvidorias e espaços exclusivos para denúncias em empresas e órgãos públicos, proporcionando ambientes mais seguros e acessíveis, para que possam buscar ajuda. • Divulgar amplamente os serviços e programas, a fim de garantir respostas rápidas a mulheres em situação de vulnerabilidade.	7 S O L M
Implementar tecnologias de dados e informação, aplicativos, inteligência artificial e integração de bancos de dados para sistemas mais inteligentes de notificação e prevenção da violência contra mulheres com: • A criação de um canal direto entre a Secretaria de Educação e a DPCA para facilitar denúncias e oferecer apoio a alunas vítimas de violência verbal e sexual nas escolas, • A formação de uma "rede de síndicos" para atuar na prevenção e encaminhamento de denúncias em condomínios.	5 S O L M
Sobre encaminhamento de agressores propõe-se a: • Implementação de ações educativas obrigatórias e apoio psicológico em cada região administrativa, promovendo uma reabilitação estruturada. • Ampliação dos "grupos reflexivos" voltados a homens agressores em todo o DF, incentivando a reflexão e mudança de comportamento, assegurando um acompanhamento mais próximo dos agressores.	3 S O L M
Articulação com o Judiciário para expandir o Programa Viva-Flor e o Dispositivo de Monitoramento da Pessoa Protegida (DMPP), garantindo as visitas semanais de segurança em residências com denúncias ou suspeitas de agressão e o cumprimento das leis distritais 5.806/17 e 7.264/23.	3 S O L M
Propor medidas junto aos poderes Legislativo e Judiciário para acelerar os processos e reduzir a sensação de impunidade em casos de violência de gênero. Investigando, de imediato, todas as denúncias com base na Lei Maria da Penha.	2 S O L M

TEMA 11. CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS (CVLI) - CRIMES E MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

Apesar da redução desses crimes em todas as regiões do DF e da ausência de subnotificações, há lacunas críticas, como:

- Falta de câmeras de vigilância (CFTV) em áreas de alta incidência.
- Envolvimento crescente de pessoas em situação de rua em crimes violentos na RISP Metropolitana.
- Complacência do sistema judicial com criminosos reforça a sensação de impunidade.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Fortalecer a credibilidade e a confiança nas Forças de Segurança e no sistema Judiciário por meio da: • Realização de eventos públicos nas unidades de segurança pública • Aproximação das forças policiais da comunidade com trabalho preventivo comunitário, • Interação como órgãos de segurança pública nas páginas nas redes sociais voltadas à cultura da paz • Melhoria da efetividade da legislação penal e execuções judiciais.	4 S O L M
Potencializar a utilização das câmeras de segurança da SSP como recursos de prevenção e combate ao crime por meio da: • Implantação de sistemas de Inteligência Artificial para identificação de veículos e pessoas, ampliando a cobertura das câmeras em locais com concentração da população envolvida em CVLI, • Manutenção e zeladoria dos equipamentos de monitoramento, e • Garantia do acesso por parte das Delegacias às câmeras de segurança.	3 S O L M
Fomentar políticas públicas transversais para atendimento à população de rua para a redução dos índices de CVLI envolvendo esse público.	1 S O L M

SEM PROPOSTAS PARA O TEMA 12. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (CCP) - TRANSEUNTE, COLETIVO, COMÉRCIO, RESIDÊNCIA, VEÍCULO E TELEFONES CELULARES E OUTROS ASSUNTOS.

TEMA 13. ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS - ENFRENTAMENTO DO CRIME ORGANIZADO, TRÁFICO DE DROGAS, DOMÍNIO DE CIDADES E OUTROS CRIMES RELACIONADOS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

Destacou-se o tráfico de drogas persiste como um problema crônico, assim como o aumento de crimes complexos, como o controle territorial e o recrutamento da juventude por facções. Essas organizações criminosas demonstram alta capacidade logística e financeira, além de um planejamento meticuloso que explora as lacunas do Estado. A influência dessas facções se estende à assistência a detentos e familiares, bem como ao controle do comércio prisional. A ausência de integração nacional de bases de dados, a baixa eficácia na reabilitação de presos e a fragilidade no enfrentamento às vulnerabilidades sociais agravam o cenário. Por fim, as ameaças a agentes do Estado, o abandono de postos policiais e a marginalização das periferias contribuem para a expansão dessas facções. Também se destacam crimes como estelionato, especialmente contra idosos, permanecem invisíveis nas estatísticas e enfrentam impunidade.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Prevenir e inibir o recrutamento de jovens pelo crime organizado por meio de convênios e investimentos em programas de conscientização, educação e cultura voltados a crianças e adolescentes, com oferta de materiais e atividades que incentivem a prática de atividades esportivas nas comunidades.	3	S	O	L	M
Fortalecimento do PROERD.	1	S	O	L	M
Desenvolver um conjunto de programas e ações para estabelecer a confiança e a credibilidade das forças de segurança junto à comunidade como: Formação e capacitação ética dos policiais, para que atuem como agentes de transformação social; Iniciativas de aproximação entre policiais e a comunidade, em especial com a juventude, para desconstruir visões negativas e promover uma união positiva; Redução da letalidade policial e a reestruturação de postos policiais, ampliando seu uso para fins sociais e de prevenção criminal.	4	S	O	L	M
Fortalecer as estruturas de segurança pública e das Forças de Segurança recompondo seus efetivos, ampliando, valorizando e equipando seus quadros.	2	S	O	L	M
Ampliar o uso de estratégias de investigação, inteligência e contrainteligência no combate ao crime organizado, integrando as bases de dados das Forças de Segurança e parceiros para facilitar ações conjuntas e coordenadas.	2	S	O	L	M
Estimular a colaboração entre órgãos e instâncias em estratégias de estrangulamento financeiro das organizações criminosas para: Agilizar o combate à lavagem de dinheiro e à invasão de terras públicas (usadas por elas como fonte de recursos). Intensificar a fiscalização nas fronteiras para conter o tráfico de armas ilegais e Mapear membros e locais de atuação dessas organizações. Criar Forças-Tarefa focadas em identificar e prender todos os envolvidos em crimes em áreas específicas,	5	S	O	L	M
Fomentar junto ao legislativo a criação de dispositivo legal que autorize, em casos específicos, a demissão de funcionários públicos que tenham proximidade com organizações criminosas. E cobrar atuação mais eficiente e célere dos conselhos de ética e casas convencionais em matéria de organizações criminosas.	2	S	O	L	M
Estimular a colaboração entre órgãos e instâncias em estratégias de estrangulamento financeiro das organizações criminosas para: Agilizar o combate à lavagem de dinheiro e à invasão de terras públicas (usadas por elas como fonte de recursos). Intensificar a fiscalização nas fronteiras para conter o tráfico de armas ilegais e Mapear membros e locais de atuação dessas organizações. Criar Forças-Tarefa focadas em identificar e prender todos os envolvidos em crimes em áreas específicas,	4	S	O	L	M
Intensificar o combate às organizações criminosas por meio da formação de agentes e do uso de tecnologias avançadas.	1	S	O	L	M
Fomentar campanhas de educação da sociedade acerca da profusão de golpes praticados por meios digitais, em especial a população idosa. E priorizar ações investigativas para os crimes de estelionato, pouco considerados em razão da perspectiva ostensivos das análises criminais.	2	S	O	L	M
Estabelecer convênios entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Secretaria de Justiça (SEJUS) para incluir jovens em medidas socioeducativas.	1	S	O	L	M

SEM PROPOSTAS PARA O TEMA 14. INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SEM PROPOSTAS PARA O TEMA 15. POLÍCIA TÉCNICA

SEM PROPOSTAS PARA O TEMA 16. SUBNOTIFICAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

TEMA 17. SISTEMA PRISIONAL - ASPECTOS DO REGISTRO CRIMINAL E A INVESTIGAÇÃO POLICIAL.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A superlotação dos presídios fortalece a atuação do crime organizado, permitindo que seus líderes fiquem pouco tempo presos. A falta de dominância estatal em áreas ocupadas por facções criminosas, aliada ao baixo número de profissionais e instituições capacitadas para enfrentar o grande número de integrantes dessas organizações, agrava o problema. Além disso, a ausência de dispositivo legal que impeça a progressão de regime para crimes como o tráfico de drogas e outros relacionados favorece a continuidade dessas atividades. Observa-se também um aumento da influência das organizações criminosas em ramos legítimos da sociedade, enquanto a ausência de um documento governamental que regule a atuação dos órgãos frente ao domínio de cidades dificulta o enfrentamento desse cenário.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Melhorar a infraestrutura e a gestão prisional por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP) a fim de: • Construir novas unidades prisionais para suprir a falta de vagas • Possibilitar oferta de trabalho e estudo para os detentos • Promover fiscalização mais rigorosa dos presos em "saidão" e em regime semiaberto • Investir em tecnologia e o uso de tornozeleiras eletrônicas.	3 S O L M
Aprimorar a legislação para: • Rever os critérios para concessão do benefício de "saída temporária", tornando-os mais rigorosos, com punições mais severas frente ao seu descumprimento (como a perda do benefício). • Tornar a legislação mais rígida para líderes de organizações criminosas e crimes como o tráfico de drogas, • Articular com o Congresso penas mais duras e regras mais claras para o cumprimento de serviço social obrigatório • Aplicar medidas como uso de tornozeleiras eletrônicas.	8 S O L M
Investir na ressocialização dos detentos, desenvolvendo programas de incentivo fiscal para beneficiar empresas que empreguem e supervisionem presos que trabalham no sistema prisional.	2 S O L M
Fortalecer a inteligência policial para combater estratégias e mecanismos de comunicação ilegal utilizados pelos presidiários.	1 S O L M

TEMA 18. MANIFESTAÇÕES E EVENTOS PARTICULARES EM ESPAÇOS PÚBLICOS

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

O barulho e a perturbação causados por eventos em quadras residenciais de todo o DF têm gerado grande incômodo. A falta de fiscalização por parte dos órgãos responsáveis permite que esses eventos em áreas públicas ocorram frequentemente sem documentação e deixem sujeira no local. Além disso, a ineficiência na fiscalização do término de horário contribui para o prolongamento desses transtornos. Muitas vezes, os eventos em áreas públicas causam ainda danos aos asfaltos utilizados para a montagem das estruturas, agravando o problema.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Melhorar e tornar mais acessível e transparente o processo de concessão de autorização para manifestações e eventos particulares em espaços públicos por meio da: • Implementação aplicativo público de registro e acesso às autorizações para eventos • Integração de órgãos responsáveis pela documentação e alvarás, consultando moradores a respeito da anuência a evento em que seja exigido licença e outras autorizações e • Publicização das autorizações em páginas eletrônicas e no DODF.	4 S O L M
Melhorar a fiscalização de eventos por meio da: • Ampliação e implementação do uso dos aparelhos decibelímetros, por meio de contrato ou convênio com PM e Ibram, para aferir e multar responsáveis por eventos com som alto. • Coibição da presença de ambulantes sem autorização.	2 S O L M

TEMA 19. ATENDIMENTO À POPULAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA - OUVIDORIAS E OUTROS ASSUNTOS

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A falta de informação e conscientização sobre como e quando utilizar o serviço de ouvidoria compromete sua eficácia. Além disso, a baixa assertividade da inteligência artificial no encaminhamento das demandas aos órgãos responsáveis, somada à lentidão no tempo de resposta e à alta quantidade de respostas padrão, dificulta a resolução dos problemas apresentados pelos cidadãos.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Fortalecer os serviços de atendimento à população por meio do: • Fomento às campanhas educativas e de conscientização sobre os canais de atendimento e denúncia em segurança pública, • Melhoria do tempo médio, a qualidade e a efetividade da resposta na ouvidoria, • Aprimoramento da inteligência artificial utilizada pela rede de ouvidoria do GDF.	3 S O L M
---	---

TEMA 20. ATENDIMENTO EMERGENCIAL - DESAFIOS PARA O FUTURO E OUTROS ASSUNTOS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

O desconhecimento da forma de atuação das forças e órgãos de atendimento emergencial por parte da população compromete a eficiência dos serviços. A insuficiência de recursos humanos e materiais para atender às demandas emergenciais, associada à demora no atendimento causada pela burocratização do registro de chamadas, agrava o problema. Além disso, a impossibilidade de comunicação entre os sistemas da SSP e do SAMU/SES DF, assim como a defasagem nos meios de comunicação e tecnologia para registrar as necessidades de atendimento emergencial, dificulta ainda mais a prestação de um serviço ágil e eficaz.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Esclarecer e fazer conhecer amplamente os conceitos de urgência e emergência pela população. Divulgando de forma ampla e simples a forma de acesso e atuação dos órgãos no atendimento emergencial.	2 S O L M
Contratar equipe qualificada para atendimento emergencial e a formação de gestores técnicos dentro do quadro de servidores do órgão.	2 S O L M
Tornar mais objetivo e ágil o protocolo de atendimentos de chamada de emergência do SAMU, integrando órgãos que atuam diretamente em atendimento de emergência.	3 S O L M
Buscar maior aporte de recursos financeiros para aquisição e modernização de viaturas e equipamentos e tecnologia para melhoria de processos.	1 S O L M

TEMA 21.CRIMES CIBERNÉTICOS (CIBERCRIMES) - ENFRENTAMENTO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

O vazamento de dados pessoais e o aumento exponencial de crimes praticados na internet destacam a crescente vulnerabilidade no ambiente digital. A de capacitação insuficiente e baixo conhecimento sobre crimes cibernéticos nas escolas e na sociedade, aliada à má gestão de dados pessoais pelas empresas, expõe ainda mais a população a esses riscos. A burocratização na obtenção de dados telemáticos de suspeitos, a impunidade e as dificuldades para solucionar problemas decorrentes, como reaver dinheiro, provar a má-fé ou impedir o uso de informações pessoais, dificultam o combate a esses crimes. Além disso, a insuficiência de informação para a comunidade sobre como evitar crimes virtuais agrava a situação. Outros pontos relevantes, crimes como estelionato, especialmente contra idosos, permanecem invisíveis nas estatísticas e enfrentam impunidade, o ambiente digital e as plataformas bancárias mostram-se vulneráveis a crimes cibernéticos, expondo estes usuários e outros a fraudes. Destaca-se que de acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o DF registrou 104 das 316 ações relacionadas a esses crimes no período de janeiro a abril de 2024, refletindo o impacto crescente dessa problemática.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Fortalecer a prevenção e combate a crimes cibernéticos por meio da: • Criação de uma Autoridade Distrital de Proteção de Dados • Cooperação direta entre a polícia, Judiciário e Ministério Público, • Aprimoramento de serviços de inteligência das instituições de segurança pública e órgãos de defesa do consumidor • Rastreamentos mais eficazes, monitoramento de números de celular e recursos de proteção no ambiente digital.	3 S O L M
Conscientizar a população sobre os riscos dos crimes digitais com: • Programa de formação de professores e servidores sobre riscos e consequências dos crimes cibernéticos, • Campanhas publicitárias e vídeos educativos para informar sobre os riscos do mundo digital e a importância de uma orientação eficaz, especialmente pelas instituições financeiras, na proteção dos dados dos clientes • Orientação às famílias sobre o uso seguro de celulares e tablets, especialmente quanto à exposição de crianças e adolescentes nas redes sociais.	6 S O L M
Criar mecanismo para identificar fakes e deep fakes para desmobilizar organizações de crimes cibernéticos.	1 S O L M
Fomentar campanhas de educação da sociedade acerca da profusão de golpes praticados por meios digitais, em especial a população idosa. E priorizar ações investigativas para os crimes de estelionato, pouco considerados em razão da perspectiva ostensivos das análises criminais.	2 S O L M

TEMA 22. DEFESA CIVIL - RISCOS, ATUAÇÃO DA SUDEC E OUTROS ASSUNTOS

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

O aumento das ocupações irregulares em áreas de risco tem gerado preocupação devido aos impactos sociais e ambientais. A baixa eficiência na educação primária voltada à defesa civil e a ineficiência nos programas de políticas públicas de conscientização da população comprometem a prevenção de desastres. A lentidão nas ações preventivas acaba resultando em eventos adversos que poderiam ser evitados. Além disso, a baixa eficiência no diálogo entre população e governo dificulta a implementação de soluções efetivas. Outro problema crescente é o aumento de estabelecimentos que vendem produtos perigosos em áreas residenciais, elevando os riscos à segurança da comunidade.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Estabelecer convênio para implementar programas habitacionais eficazes com: Fiscalização e coibição das ocupações irregulares desde o início eElaboração e aplicação de medidas e ações mitigadoras para redução de riscos.	3 S O L M
Desenvolver programas de conscientização da população, inclusive sobre a rotina e a realidade das forças, para estreitar o contato com a população no dia a dia.	2 S O L M
Integrar e unir as forças de segurança, Defesa Civil e Corpo de bombeiros na elaboração de Plano de Prevenção de risco, para minimizar os efeitos ou impactos ambientais.	2 S O L M
Facilitar a consulta aos órgãos competentes antes da implementação de estabelecimentos de vendas de produtos perigosos em áreas residenciais.	1 S O L M
Ampliar o trabalho de prevenção de riscos com acidentes domésticos e ambientais.	1 S O L M

SEM PROPOSTAS PARA O TEMA 23. FISCALIZAÇÃO, ANÁLISE E VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

TEMA 24. SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE - CRIMES AMBIENTAIS: TRÁFICO DE ANIMAIS, INCÊNDIOS, DEGRADAÇÃO DE MANANCIAIS, DANOS A FAUNA E BIODIVERSIDADE.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A grilagem de terras públicas, a ocupação irregular do solo e o crescimento desordenado das áreas urbanas sobre áreas rurais são problemas que impactam diretamente o meio ambiente. A diminuição de corredores ecológicos, as práticas culturais nocivas e o desmatamento contribuem para a degradação ambiental. Os incêndios florestais, intensificados por mudanças climáticas, uso agrícola inadequado e ações criminosas, agravam a destruição de mananciais e áreas de proteção ambiental. A baixa integração dos órgãos de segurança e a fiscalização ineficaz de crimes ambientais, como o tráfico de animais, dificultam o controle da situação. Além disso, a ausência de legislação específica contra o parcelamento de terras queimadas complica ainda mais o enfrentamento desse cenário. A educação ambiental limitada e a carência de tecnologias sustentáveis para a agricultura familiar são desafios adicionais que precisam ser superados para promover a preservação ambiental.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Fortalecimento das instituições de fiscalização, controle e cuidado nas áreas de preservação permanente e Parques Distritais por meio do: - Investimento em aumento de efetivo, equipamentos e tecnologias de monitoramento remoto, visando uma fiscalização mais eficaz contra a grilagem de terras e a proteção dos recursos hídricos. - Instalação de guarnições fixas de bombeiros militares em locais estratégicos para agilizar o combate a incêndios e oferecer apoio ao produtor rural.	6 S O L M
Estimular a participação ativa da comunidade na prevenção e combate aos crimes ambientais que inclui: - Envolver escolas e comunidades no cuidado e apoio à fiscalização dos Parques Distritais, - Implementar campanhas educativas, atividades de educação ambiental e práticas sustentáveis, em parceria com os CONSEGs e outras instituições	4 S O L M
Implementar programas como o Programa “Guardião Rural” para inclusão e valorização de produtores rurais como parceiros na fiscalização, preservação e prevenção por meio da: - Capacitação, preparação e instrumentalização dos produtores rurais para combater incêndios florestais - Recompensa para denúncias cidadãos, iniciativas de reflorestamento e ações educativas junto à comunidade em parques e mananciais.	5 S O L M
Legislar e atuar de forma mais ostensiva para impedir a comercialização das terras oriundas de queimadas criminosas.	1 S O L M
Destinar os recursos oriundos de crimes ambientais (multa, infração, compensação ambiental) em benefício das comunidades locais onde são cometidos (a exemplo da Fercal).	1 S O L M
Integrar e articular SSP, órgãos ambientais, Corpo de Bombeiros Militar, sociedade civil, produtores rurais e comunidade, em ações de preservação e restauração de áreas degradadas que envolve: - Criação de zonas de proteção entre APAs, - Controle de queimadas - Mapeamento, identificação, monitoramento, proteção e cercamento de nascentes e APAs, Garantia da execução do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de forma eficaz.	4 S O L M
Melhorar a coleta e reciclagem de materiais recicláveis por meio do: - Apoio a criação de uma cooperativa de tratamento de resíduos sólidos na região da Fercal, devido à grande distância dos centros de captação e tratamento, - Educação da comunidade para cumprir o calendário de coleta seletiva e aplicando penalidades em caso de não cumprimento. - Implantação de pontos de coleta seletiva com identificação visual da classificação, direcionados ao uso de pessoas em situação de rua, - Promoção da inclusão social e a correta destinação dos resíduos sólidos.	3 S O L M
Definir a poligonal do Parque dos Pioneiros na Candangolândia e regularizar / estruturar o aeródromo existente na Flona 4, conforme o processo SGI 00136-00000909/2024 - 19.	2 S O L M
Fortalecer o combate ao tráfico de animais silvestres, por meio de uma rede colaborativa de órgãos e programas específicos e da cooperação internacional, por meio da: - Instalação de tecnologias de fiscalização em postos, portos, rodoviárias e aeroportos - Ampliação do efetivo do batalhão rural nas áreas periurbanas e estabelecendo punições mais rigorosas.	5 S O L M

25.SEGURANÇA VIÁRIA - MORTES E LESÕES NO TRÂNSITO E OUTROS ASSUNTOS

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

Áreas de escape insuficientes em vias próximas a ocupações irregulares e o alto índice de acidentes causados por animais refletem a precariedade da infraestrutura em regiões como a Fercal. O desrespeito e a má localização das faixas de pedestre, agravados por iluminação inexistente ou precária, contribuem para o aumento dos atropelamentos. Além disso, o estacionamento irregular impede o acesso de veículos de emergência, somada a fiscalização insuficiente de veículos que causam poluição sonora.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Melhorar a infraestrutura e sinalização viária por meio da: • Ampliação das faixas de pedestres perto das escolas e em toda a RISP e colocando "taxinhas" em todas as faixas de pedestres. • Criação de faixa (via) exclusiva para motocicletas, com separação por "taxinhas". • Melhoria da acessibilidade para cadeirantes em ciclovias, faixas de pedestres, etc. • Manutenção, revitalização, proteção e conectividade entre as ciclovias, incentivando o uso da bicicleta e favorecendo a mobilidade ativa • Criação de áreas de escape em trechos declivosos para evitar acidentes fatais. • Melhoria da sinalização em trechos com obras viárias com a manutenção adequada das placas de sinalização vertical e horizontal de trânsito. • Substituição de quebra-molas por barreiras eletrônicas de controle de velocidade.	11 S O L M
Substituir o semáforo em frente à fábrica da Coca-Cola (Riacho Fundo / EPNB) e na EPNB na saída da Avenida Travessa por passarela elevada. E adequar vias para evitar acidentes, como na inclinação da DF459 no sentido Samambaia - Ceilândia.	1 S O L M
Fomentar a integração entre os órgãos de governo responsáveis pela estrutura das vias e suas adjacências	1 S O L M
Fomentar e ampliar o programa DETRAN nas escolas e outras campanhas educativas promovidas pelo governo e órgãos de trânsito, inclusive, campanhas focadas no uso e respeito às faixas de pedestres.	3 S O L M
Priorizar e executar o planejamento de ações de engenharia, fiscalização e educação no trânsito com base em dados e informações sobre sinistros de trânsito, utilizando a ouvidoria do GDF para solicitar melhorias relacionadas à segurança viária.	1 S O L M
Ampliar a fiscalização com o uso de equipes móveis e tornar obrigatória a avaliação e aprovação de projetos que alterem a estrutura viária pelo órgão de trânsito competente, garantindo um ambiente mais seguro e eficiente para a mobilidade urbana.	1 S O L M
Incluir critérios mais rigorosos na formação para obtenção da CNH	1 S O L M

TEMA 26. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA - PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA E CONSCIENTIZAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS ATUAREM CONSIDERANDO OS INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A dificuldade de comunicar problemas com precisão, aliada à lentidão na resolução das demandas, desestimula o envolvimento popular. A baixa de divulgação sobre canais de participação, como os Consegs, limita a participação ativa da comunidade. Além disso, a ausência de incentivo financeiro e administrativo restringe o engajamento comunitário. A dispersão dos canais de comunicação e a baixa integração entre órgãos de segurança e sociedade agravam a desinformação sobre serviços, canais de denúncia e indicadores de violência. Também contribui para a situação a falta de preparo das lideranças, a ausência de feedback sobre as demandas apresentadas e a omissão dos órgãos públicos em promover uma integração efetiva das políticas de segurança.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Implementar formas de comunicação eficazes com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) por meio de: • Envio de fotos, vídeos e localização (GPS) durante atendimentos emergenciais. • Utilização de ferramentas de inteligência artificial (IA) para tornar processos mais ágeis e eficientes. • Organização e apresentação para a sociedade dos indicadores de violência por região de forma simples e clara como forma de acompanhamento e engajamento.	3 S O L M
Estruturar Política de fortalecimento do CONSEG por meio da: • Normatização sua estrutura, com sede própria, viaturas, cargos administrativos e recursos materiais adequados, • Aporte financeiro e remuneração aos membros do CONSEG, garantindo recursos para o cumprimento de suas funções • Inclusão de representantes do Ministério Público e Judiciário nas reuniões. • Criação de mecanismos para acompanhar as devolutivas, priorizando o atendimento tempestivo às demandas da comunidade, com devolutivas claras e pontuais, • Maior eficácia e transparência nas ações do conselho	9 S O L M
Fomentar campanhas educativas sobre os canais de atendimento e denúncia na área de segurança pública para: • Conscientizar a população sobre a importância da participação cidadã na segurança coletiva. As campanhas devem ser amplamente divulgadas em redes sociais, veículos de comunicação, instituições religiosas, escolas e outros segmentos sociais. • Capacitar a sociedade com cursos e oficinas voltados para a segurança pública e a participação comunitária • Proporcionar ferramentas e conhecimento para o engajamento ativo da população.	3 S O L M
Implementar programas de capacitação e aperfeiçoamento contínuo dos profissionais de segurança pública para garantir que entendam a comunidade como seu principal cliente por meio do: • Estreitamento de vínculos de confiança e colaboração e aproximação dos servidores com a comunidade • Incentivo a empatia e a compreensão das demandas locais. • Investimento em políticas de ensino e treinamento, com ênfase na geração de conhecimento científico e práticas que melhorem a qualidade do serviço prestado à população.	3 S O L M
Fortalecer a integração entre os órgãos de segurança pública e os serviços essenciais à sociedade para: • Garantir uma resposta mais eficaz às demandas da população. • Atuar na gestão integrada com os órgãos demandados, • Estabelecer prazos claros para a resposta às solicitações da comunidade e justificando eventuais descumprimentos. • Incorporar civis em cargos de apoio nas atividades de segurança para ampliar a colaboração e a eficiência nos processos de atendimento e resolução de problemas.	4 S O L M
Capacitar a comunidade e envolver a sociedade civil organizada por meio dos CONSEGs, para atuar na política de polícia comunitária e segurança cidadã por meio da: • Promoção da participação ativa dos cidadãos na construção de uma sociedade mais segura. • Criação de canais eficientes de comunicação entre a comunidade e os órgãos de segurança. • Fortalecimento da participação popular na busca de soluções para os problemas de segurança pública, • Divulgação dessas formas participação e engajamento em diversos canais de comunicação, como redes sociais, veículos de mídia e instituições educacionais e religiosas.	5 S O L M

TEMA 27. ATUAÇÃO INTEGRADA - BUROCRACIA PARA PARCERIAS E INTEGRAÇÕES, CIOB E SEUS DESAFIOS, REGIÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA (RISP´S), ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA (AISP´S) E ÁREA DE SEGURANÇA PRIORITÁRIA (ASP).

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Transformação do posto policial do INCRA-08 em uma base integrada de segurança pública. Proposta existente processo SEI 00/3300000680/2022-42 Brasília.	1SOLM
--	-------

SEM PROPOSTAS PARA O TEMA 28. GOVERNANÇA ("ESG") - TRANSPARÊNCIA E IMAGEM DA SEGURANÇA PÚBLICA

TEMA 29. MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: INTEGRAÇÃO DE DADOS E SISTEMAS, CIÊNCIA DE DADOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. ESTRUTURA E FINANCIAMENTO.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

O déficit de pessoal compromete tanto a definição e construção de soluções tecnológicas adequadas quanto a capacitação necessária para sua implementação. A subutilização de recursos tecnológicos é agravada pela falta de letramento digital, escassez de investimentos e por uma cultura organizacional centrada em práticas operacionais. A lentidão nas contratações leva à aquisição de equipamentos defasados, enquanto a dificuldade de integração de dados, causada por uma cultura de desconfiança e pela falta de registros unificados, limita a eficiência. A ineficiência nos setores de aquisição, junto à falta de centralização e capacitação, e à ausência de sistemas modernos, como câmeras OCR e reconhecimento facial, contribuem para uma resposta insuficiente às necessidades de segurança. Por fim, a valorização de agentes por méritos reais, e não por apoio político, é destacada como uma lacuna a ser preenchida.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Realizar concursos específicos para a área de tecnologia no âmbito da Segurança Pública	3SOLM
Implementar programas de formação continuada (talvez impositiva) com foco em tecnologias na segurança pública	9SOLM
Ampliar o investimento em sistemas de monitoramento eletrônico para: - Desburocratizar os processos de aquisição de produtos e serviços - Viabilizar o registro integrado de atendimento (Genesis + milenuim + SGO + 197...) - Integrar de sistemas utilizados pelo órgãos de segurança pública a nível nacional	3SOLM

TEMA 30. CAPACITAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM SEGURANÇA PÚBLICA-
TRILHA DE CAPACITAÇÃO, GESTÃO DE COMPETÊNCIA, PERFIS PROFISSIONAIS, RELAÇÃO COM A ACADEMIA E ASPECTOS DE CARREIRA.

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A falta de um banco de dados unificado, alimentado em conjunto pelas forças de segurança do DF, compromete a integração e eficiência das ações. A ausência de uma progressão de carreira vinculada à formação acadêmica e a falta de reciclagem contínua das forças de segurança limitam o aprimoramento profissional. Além disso, a falta de inclusão no currículo formativo de policiais recém-nomeados da obrigatoriedade de estágios em instituições do terceiro setor (ONGs, associações, igrejas, etc.) com foco em polícia comunitária reduz a preparação para um trabalho mais próximo das comunidades.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Desenvolver Banco de Dados ou Biblioteca Virtual Unificada sobre capacitações e produções de conhecimento em SSP, facilitando a troca de informações e coordenação de ações.	1 S O L M
Implementar a política de ensino das forças de segurança para garantir a capacitação continuada com a geração de conhecimento científico, promovendo crescimento pessoal e profissional com o objetivo de prestar um serviço de qualidade para a população.	1 S O L M
Inserir a obrigatoriedade de estágios ou palestras com instituições do terceiro setor nos cursos de formação das forças de segurança promovendo a integração com a comunidade.	1 S O L M
Fomentar políticas de promoção à saúde física e mental para os servidores das Forças de Segurança com o objetivo de aumentar o bem-estar, envolvimento e desempenho sustentável no atendimento das demandas da população do DF.	1 S O L M

TEMA 31. QUALIDADE DE VIDA E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E TEMA 32. SAÚDE, SEGURANÇA NO TRABALHO

PRINCIPAIS PROBLEMAS IDENTIFICADOS SOBRE ESSE TEMA NAS ETAPAS PRÉVIAS

A lentidão nas ações preventivas de manutenção de equipamentos e a falta de fiscalização no uso de EPI aumentam os riscos de acidentes entre os profissionais. A sobrecarga física e emocional, causada por condições de trabalho inadequadas, carga horária excessiva e cobranças intensas da sociedade, compromete a saúde mental, refletindo no aumento da taxa de suicídio entre esses trabalhadores. O baixo efetivo intensifica essa pressão, enquanto a ausência ou insuficiência de políticas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) agrava ainda mais o cenário. Além disso, a desorganização em locais de trabalho e a falta de segurança pública em áreas abandonadas prejudicam tanto o desempenho quanto a segurança desses profissionais.

PROPOSTAS DAS ETAPAS PRÉVIAS PARA O TEMA

Cuidar ativa e diligentemente da manutenção de equipamentos e maquinário com: • calendário fixo para manutenção preventiva • previsão orçamentária para inspeção • desburocratização dos processos de compras, manutenção e serviços em situações específicas, como em estados de calamidade, mantendo uma fiscalização eficaz e transparente.	3 S O L M
Melhorar as condições de trabalho com o: • Aumento do efetivo e melhorando o ambiente físico, • Bonificações por produtividade • Oferta e estímulo a programas de apoio psicológico e saúde mental para os servidores, com avaliações periódicas e atendimento completo dos servidores e seus familiares em planos de saúde.	6 S O L M
Elaborar políticas e programas de Qualidade de Vida no Trabalho voltados para as forças de segurança para: • Instituir comissões regionais para elaborar diagnósticos sobre políticas e programas de QVT nas regiões administrativas. • Incluir o tema no planejamento estratégico das forças de segurança pública • Garantir uma rubrica orçamentária específica para esse tema.	4 S O L M
Aumentar os investimentos na contratação de pessoal para fortalecer as forças de segurança.	1 S O L M
Realizar concursos públicos periódicos e permanentes para a contratação de novos servidores nas forças de segurança pública.	1 S O L M
Promover o envolvimento sustentável das forças de segurança na resposta às demandas da população do DF, sensibilizando e conscientizando os servidores sobre a importância da responsabilidade e da ética no exercício de suas funções, prevendo também punições mais severas para infrações internas.	2 S O L M